



II ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INTEGRACIÓN DE POSGRADO

UNaM – UFFS



COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NA FRONTEIRA GAÚCHA: DINÂMICAS ECONÔMICAS E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CARLOS THOME^[1], LUIZA MOTTA KLOCKNER^[2], MICHELI DOS SANTOS
WALDOW^[3], ENISE BARTH^[4], LOUISE DE LIRA ROEDEL BOTELHO^[5]**

1.Introdução

As cooperativas brasileiras desempenham um papel crucial na economia e na sociedade, atuando em diversos setores e sendo reconhecidas internacionalmente por suas inovações sociais, repercutindo em áreas como alimentação, geração de energia e produção sustentável, além de contribuírem significativamente no combate às mudanças climáticas. Seus benefícios impactam não apenas aos cooperados, mas também a sociedade em geral, promovendo práticas que fortalecem o desenvolvimento social e econômico (OCB, 2024a). Embora orientadas por uma racionalidade econômica focada

¹ Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS - Campus Cerro Largo, carlosthome@estudante.uffs.edu.br

² Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS - Campus Cerro Largo, luiza.klockner@estudante.uffs.edu.br

³ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS - Campus Cerro Largo, micheli.santos@uffs.br

⁴ Doutora em Engenharia de Produção, UFFS - Campus Chapecó, enise.teixeira@uffs.edu.br

⁵ Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFFS - Campus Cerro Largo, louisebotelho@uffs.edu.br

em planejamento, produtividade e capitalização, as cooperativas buscam preservar sua autonomia organizacional (Schneider, 2012). O diferencial está na priorização de princípios como cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando tanto a eficácia econômica quanto o bem-estar dos associados.

No Brasil, em 2023, havia aproximadamente 4.500 cooperativas, distribuídas por setores como o agropecuário, de crédito, de consumo e infraestrutura, englobou mais de 23 milhões de cooperados e gerou mais de 550 mil empregos, com ativos superiores a um trilhão de reais (OCB, 2024b). No ramo agropecuário, essas cooperativas desempenham um papel essencial ao organizar serviços como classificação, transporte e comercialização de produtos, influenciando diretamente a saúde financeira dos cooperados (Utumi, 1974). Estudos também destacam que as cooperativas agropecuárias geram impactos positivos tanto no aspecto social quanto econômico (Fang; Maehler; Gameiro, 2024).

Outrossim, as cooperativas têm uma relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo práticas que alinham crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Ao priorizarem a cooperação e o bem-estar coletivo, elas contribuem para a erradicação da pobreza (ODS 1), geração de trabalho digno (ODS 8) e redução das desigualdades (ODS 10). Além disso, muitas cooperativas adotam modelos de produção sustentável, alinhando-se a metas como o consumo e produção responsáveis (ODS 12) e a ação climática (ODS 13), evidenciando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em suas diversas frentes de atuação.

Região de Fronteira (RF), em conformidade a Lei nº 6.634/1979, é a faixa de terra que se distancia até 150 km de largura e paralela a linha divisória do território nacional, e, de acordo com o Decreto Federal nº 12.038/2024 que institui a Política Nacional de Fronteiras (PNFron), há a previsão de ações específicas com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental, em vias de “respeitar o meio ambiente e valorizar as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais, com a redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais” (Brasil, 2024).

2.Objetivo

Este estudo tem como objetivo central identificar as cooperativas agropecuárias gaúchas localizadas na Região de Fronteira e as atividades econômicas por elas desempenhadas.

3. Metodologia

Para realizar a identificação das cooperativas, foi desenvolvida uma pesquisa com abordagem quantitativa, que levantou dados de Cooperativas Agropecuárias matriciais gaúchas cadastradas no Sistema Ocergs, entre os dias 18 e 21 de setembro de 2024, bem como as atividades econômicas daquelas que estão localizadas na Região de Fronteira - de acordo com o Anexo III do MJSP⁶ a que se refere a Lei de Criação das Faixas de Fronteira - Lei nº 6.634/1979. Para o tratamento dos dados coletados foram usadas técnicas da estatística descritiva (Martins; Theóphilo, 2016), dada a intenção dos pesquisadores em descrever contextos das cooperativas em análise, e padrões a que elas se encontram (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013). Em relação à literatura, foi realizada uma revisão não sistemática.

De posse dessas informações, no site da “Econodata” foram extraídos os dados referentes à situação das cooperativas matriciais, como o porte, número de funcionários, se opera em rede e os municípios de abrangência, e quais as atividades econômicas praticadas.

Todos os dados acima referenciados foram registrados em ferramenta do Excel, manipulados com o uso de recursos da estatística descritiva para melhor compreender o comportamento e ações das Cooperativas localizadas na Região de Fronteira em contribuição para o atingimento de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Dado que o objetivo do estudo está relacionado àquelas da RF do Rio Grande do Sul, a partir deste momento os resultados e discussões se limitaram a esta região.

4. Resultados e Discussão

O levantamento de informações junto ao site do Sistema Ocergs permitiu apurar o registro de 91 cooperativas matriciais dispersas em 74 municípios gaúchos. Em 62 deles há um estabelecimento; em sete tem duas; e em cinco foram identificadas três. Ainda em relação a concentração destes estabelecimentos, 29 estão localizados em RF de acordo com o Anexo III, e 45 fora desta área.

Nos 29 municípios da RF foram identificadas 37 cooperativas. De acordo com o levantamento de informações realizadas na URL da Econodata⁷, 31 delas estão com *status*

⁶ Lista atualizada em 04/05/2023 e disponibilizada na URL da Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública.

⁷ Na URL da Econodata, foi possível reunir informações compiladas sobre a natureza jurídica das cooperativas identificadas no Sistema Ocergs, como CNPJ e informações registradas na Receita Federal, o status do estabelecimento, data de abertura, porte, o quantitativo de funcionários e as municipalidades em que há unidades filiais em status ativo.

“Ativa”, três “Em Liquidação” e três não foram identificadas pelo site. Desta forma, o universo dos estabelecimentos analisados se resume em 34 unidades de análise. Uma cooperativa em liquidação é aquela que está passando pelo processo de encerramento de suas atividades, onde seus bens e obrigações são avaliados e vendidos para quitar as dívidas pendentes (Maffioletti, 2019).

As cooperativas analisadas no estudo, em sua maioria (cerca de 60%), compõem uma rede de unidades, abarcando diversos municípios no entorno da sede. Desta forma, o levantamento de informações no site da Econodata sobre os locais que elas atuam abarca um conjunto de 153 municípios gaúchos, dentre os quais 132 estão localizados na RF. Ainda em relação à região em estudo, nela há 197 municípios, e 132 são abrangidos pelas cooperativas matriciais analisadas. Ressalta-se, também, que algumas destas organizações possuem unidades em outros estados da federação, como é o caso da Cooperativa Cotribá que possui unidades nos municípios de Itu e Tatuí, em São Paulo; e da Cooperativa Nossa Terra, com uma unidade em Prudentópolis - PR.

O levantamento realizado não esgota a identificação de todas as cooperativas agropecuárias na RF, uma vez que foram consideradas somente aquelas que estão cadastradas no Sistema Ocergs. Desta forma, um quantitativo maior de municípios abarcados por cooperativas na região pode ser uma realidade.

Em relação às atividades econômicas desempenhadas pelas cooperativas na RF gaúcha, o levantamento realizado apurou 72 atividades diferentes. Dentre as que mais se destacaram foram as “atividades de pós-colheita”, em dez cooperativas matriciais; “produção de sementes certificadas” e “atividades de apoio à agricultura” em nove; “comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja” em oito; “comércio atacadista de soja” em sete. São as que mais se destacam.

Se considerado o âmbito das cooperativas matriciais e filiais, o quantitativo de atividades econômicas abarca um conjunto de atividades maiores do que as identificadas. Esta relação reflete o engajamento desse ramo de atividade com a realidade local, procurando atender demandas específicas da região e necessidades dos cooperados.

5. Considerações Finais

Este estudo considerou a identificação das atividades econômicas desempenhadas pelas cooperativas agropecuárias fronteiriças do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apontam que a maioria dos municípios da RF contém ao menos uma cooperativa, seja ela a matriz ou uma filial.

Além disso, o estudo indicou que a maioria das cooperativas é de grande porte, conforme indicado na Receita Federal do Brasil, contribuindo no desenvolvimento da região não apenas com as atividades relacionadas diretamente com os cooperados, mas também promovendo o emprego de mão de obra.

As cooperativas desempenham diversas atividades econômicas, buscando atender as necessidades locais/regionais dos cooperados, atendendo aos objetivos da Lei nº 6.634/1979 na promoção do desenvolvimento local/regional.

Em relação às limitações deste estudo, podem ser citadas a não verificação de situações operacionais do trabalho desenvolvido pelas cooperativas.

Palavras-chave: Atividades econômicas; Cooperativismo; Desenvolvimento; Fronteiras.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.** Dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. 1979.

BRASIL. **Decreto nº 12.308, de 29 de maio de 2024.** Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu comitê nacional. 2024.

FANG, Wendelino; MAEHLER, Alisson Eduardo; GAMEIRO, Augusto Hauber. O papel do cooperativismo no desenvolvimento territorial: um estudo de caso na Cooper. **Revista de gestão e secretariado**, v. 15. n. 4, 2024, p. 01-26.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3ª. ed., São Paulo: Atlas, 2016.

MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. **As sociedades cooperativas e o regime jurídico concursal: A recuperação de empresas e falências, insolvência civil e liquidação extrajudicial e a empresa cooperativa.** Almedina Brasil, 2019.

OCB. Sistema OCB. **Inovação social no cooperativismo: novas ideias a serviço do bem-estar coletivo.** Notícias. 2024a.

OCB. Sistema OCB. **Anuário Coop 2024.** 2024b.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LÚCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa.** 5ª ed., Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos gestão social**, v. 3, n.2, jul./dez., 2012.

UTUMI, A. Comercialização de produtos agrícolas por intermédio das cooperativas. *In:* UTUMI, A. *et al.* **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico.** São Paulo, 1974.